



ATA DA 17ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU), REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS) NO DIA 16 DE MAIO DE 2016.

Compareceram os senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ARNANDO LESSA, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, EUVALDO JORGE, HEBER SANTANA, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LÉO PRATES, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ e VÂNIA GALVÃO. Às 9h, o cerimonialista dirigiu-se aos presentes no auditório do Centro de Cultura da CMS para anunciar o início da décima sétima audiência pública sobre o PDDU, para apresentação da primeira parte do Relatório Final do Projeto de Lei n. 396/15, que cria o novo PDDU. Em seguida, convidou para compor a Mesa os senhores: vereador Paulo Câmara, presidente da CMS; vereador Arnando Lessa, presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; vereador Léo Prates, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e relator do Projeto de Lei; Lídia Santana, coordenadora da Comissão Técnica do PDDU; e Mário Marcelino, membro dessa Comissão. Com a palavra, o senhor presidente elogiou o trabalho dos vereadores Arnando Lessa e Léo Prates, bem como o dos membros da Comissão Técnica, por propiciarem um processo transparente e objetivo que chegava à sua etapa final. Explicou que, na presente Sessão, seria apresentado o Relatório e, na Sessão seguinte, as Emendas propostas. O edil Arnando Lessa saudou todos os participantes dos debates, observando a incoerência de anormalidades em seu curso, mesmo com o eventual contraponto de perspectivas. Previu o encerramento do processo, no Plenário, para junho, e mencionou órgãos públicos e partidos nele envolvidos. A senhora Lídia Santana declarou-se satisfeita em chegar ao fim do processo e, em nome da Comissão Técnica, agradeceu a participação de todos. O vereador Léo Prates agradeceu: ao senhor presidente, a ele creditando sua assunção à Presidência da CCJ; ao vereador Arnando Lessa, por haver lhe prestado apoio em seu início de trabalho parlamentar, mesmo estando em polo político oposto; aos senhores Lídia Santana e Mário Marcelino, por lhe transmitirem informações importantes; às assessorias parlamentares, destacando os senhores Éverton, por auxiliá-lo juridicamente, e Mozart Estrela, pelas colaborações críticas; e aos participantes da sociedade, como os senhores Daniel Colina, Carl Hauenschield e José Luiz. Em seguida, expôs o cronograma de apresentação e votação do Relatório produzido, ressaltando o espaço aberto para discordâncias, e procedeu à leitura do Relatório. Finda a apresentação, o senhor presidente declarou abertas as inscrições para fala. Pela ordem, o senhor Carl Hauenschield indagou quando o Relatório seria publicado, havendo o senhor

presidente respondido que após a leitura final da peça. O senhor Carl Hauenschild, então, disse haver muito conteúdo e solicitou a publicação da primeira parte, já lida, tendo o senhor presidente respondido que não via problema e pediria à equipe técnica que assim procedesse. Após inscritos os oradores, teve inicialmente a palavra o senhor Joaquim Laranjeira, que criticou a ausência de discussão sobre temas que, em audiências diversas, inclusive do Executivo, tinham sido deixados para o processo do PDDU. Disse ter tomado conhecimento de que não haveria audiência pública sobre o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, destacando diversas cidades que a realizaram, e afirmando que o secretário Sílvio Pinheiro havia se comprometido quanto a isso, e concluiu defendendo a discussão também sobre a Região Metropolitana da Cidade. A senhora Raquel Santos perguntou: quando seria publicado o Relatório, havendo a Mesa indicado que essa informação já fora dada; que outras comissões ainda apreciariam o Relatório; e se apenas as propostas tidas como viáveis, pela Comissão Técnica, seriam votadas, dando o exemplo de critério que teria sido usado diferentemente nas respectivas aprovação e reprovação de duas propostas. O senhor Fernando Santos disse ser morador do Loteamento Itaipara, que deu origem ao bairro homônimo, o qual, segundo explicou, fora planejado, com a previsão de áreas comerciais periféricas às áreas residenciais. Discordou da previsão, no PDDU, de tornar o bairro “predominantemente residencial”, conceito que reputou aberto e tendente a conferir ampla discricionariedade ao Poder Público, o que, em sua avaliação, feria direitos e desestruturaria o que atualmente existia. Concluiu pedindo atenção à questão e também às Colinas A, B e C do bairro. O senhor Carlos, presidente da Associação Comunitária Pôr-do-Sol, do Cassange, afirmou que, com o PDDU, sua região ganharia independência de São Cristóvão. Lamentou a plateia vazia, o que considerou reflexo do desinteresse popular frente à visão do PDDU como um “pacote-pronto” que não atendia aos anseios da população. Criticou as poligonais das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) previstas para o Cassange, explicando que se cortava ao meio o Loteamento Pôr-do-Sol, em vez de se corrigir sua condição irregular. Criticou ainda o tratamento dado ao Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, indagando se o fato de ele ser do Estado influenciava em algo. O senhor Jean Sagot disse representar a Colina B do Itaipara e estranhar a intenção de se transformar o bairro, e cobrou o atendimento à sugestão dele e dos demais moradores para que as quadras unidomiliares permanecessem como estão. Explicou não ver justificativa para se desestruturar o que existe e receou que a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS) fosse permissiva nesse sentido. Disse antever judicialização por parte dos moradores de mais de 400 lotes do local, que agiriam individualmente. O senhor José Luiz parabenizou o vereador Léo Prates pelo Relatório e disse não ter visto algumas respostas simples e curtas que atenderiam às pessoas. Criticou a “mania

de judicialização” e defendeu o empreendedorismo por parte da Prefeitura, para que ela investisse na capacitação de pessoas, o que geraria recursos. Afirmou que Candomblé não se relaciona com raça, sendo religião, e criticou a ausência de negros na publicidade da Prefeitura e na composição da Mesa. O vereador Léo Prates respondeu à senhora Raquel Santos explicando o trâmite do processo, desde a avaliação de viabilidade das propostas pela Comissão Técnica, passando-se pela parte teórica com o Relatório, até se chegar às respostas às sugestões populares, o que ocorreria no dia 23. Lamentou algumas injustiças, como o fato de ele ter sido processado antes de assumir responsabilidade pelos atos que eram objetos do processo. Explicou que seu voto não era determinante para as emendas, e que elas seriam apreciadas pelos vereadores, com possibilidade de pedido de vista por 72h, período que seria dilatado. Disse que a votação do Parecer era prevista para junho, vindo o Projeto a ser votado em seguida. Disse ainda: ao senhor José Luiz, que o momento de se darem respostas seria a audiência do dia 23; ao senhor Carlos, do Cassange, que ele havia oferecido algumas propostas tidas como favoráveis e outras não, e que nada se relacionava ao Governo do Estado; aos representantes do Itagira, que lhes atenderia, destacando ter sido morador do bairro, e que não receava judicialização, pois contava com oito advogados que trabalhavam para afastar inseguranças jurídicas do Projeto, razão pela qual vinha sendo exitoso na Justiça; e, novamente ao senhor José Luiz, que seguia a noção sobre Candomblé apresentada pelo subsecretário de Reparação Cláudio Abdala, não se vendo habilitado a questioná-la. A vereadora Aladilce Souza disse que precisava ter acesso ao Relatório com antecedência, para poder formular opinião mais consistente. Em seguida, declarou que ainda tinha dúvida quanto à tramitação do Projeto, afirmando que era preciso cotejar o Regimento Interno (RI) da CMS. Disse que, salvo engano, o regimento estabelecia que a tramitação conjunta só se daria quando houvesse regime de urgência e opinou que, mesmo não sendo o caso, ela também não deveria ocorrer quando se tratasse de uma proposição complexa como o PDDU. Ressaltou que a CMS tem a mesma responsabilidade da Prefeitura quanto ao PDDU e que, inclusive, poderia apresentar Substitutivo ao Projeto, e afirmou que não era preciso votá-lo ainda este ano. Disse, ainda, que esperava um Parecer sobre a admissibilidade e questionou se a peça não seria um “parezão”. Observou que o relator falava em nome da Comissão de Finanças, mas ela disse que, enquanto membro, não tivera acesso a discussão alguma sobre o Parecer. Afirmou que o relator já adiantara que não tiraria as Operações Urbanas Consorciadas (OUC) do Projeto, embora falasse que as emendas seriam apresentadas posteriormente, entrando no mérito, e que o pedido feito foi para a retirada dos mapas das OUC. Disse ter observado, no Relatório, uma grande preocupação em se responder questionamentos do Ministério Público (MP), mas que não só esse órgão apresentara questões. Indagou o que o PDDU falava sobre

os bairros, que é onde os cidadãos se enxergam, considerando que isso não era respondido. Afirmou que o PDDU é um pacto entre a sociedade e o Poder Público no qual o interesse público deve estar acima de tudo e que não estavam em uma guerra jurídica preocupados em responder ação na Justiça. Avaliou que, em determinados momentos, o Parecer tocava em questões cruciais, como a supressão de áreas verdes, afirmando que as declarações da professora Ana Fernandes a esse respeito não foram levianas, tendo ela mostrado mapas. Também comentou sobre a invasão no Parque das Dunas, defendendo ser preciso corrigir isso e não permitir, em alguma margem, e, sobre a questão racial, observou que o relator falara que o PDDU tangencia esse assunto, o que criticou. Por fim, destacou também a importância de se abordar a questão de gênero e reforçou a importância de haver prazos, metas e indicadores bem definidos, para que o Plano não fosse um mero faz-de-contas. Pela ordem, o senhor Joaquim Laranjeira reiterou sobre a não-discussão do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, e o vereador Léo Prates disse ter havido audiência pública sobre mobilidade urbana, ao que o senhor Joaquim Laranjeira replicou não ter essa audiência versado sobre o Plano. O vereador Léo Prates explicou não poder discutir essa matéria, que dizia respeito a outro encaminhamento, e o senhor presidente lembrou a data da mencionada audiência: 29 de fevereiro. O vereador Léo Prates respondeu à vereadora Aladilce Souza que havia previsão normativa sobre tramitação conjunta; que não poderia retirar o disposto sobre OUC; que não respondia apenas ao MP, explicando ter abordado a questão da reparação após ser procurado por uma cidadã que o instou a isso; que a questão de vencer na Justiça era em relação à preocupação com a higidez jurídica do processo; sobre a questão ambiental, que lhe parecia irrazoável a supressão de 35 km² de áreas verdes; e, sobre a questão racial, que havia usado o termo “tangenciar” em seu sentido jurídico, e pediria ao seu assessor para substituí-lo. Disse que não era dono-da-verdade, que seu Relatório era opinativo e sujeito a correções, e que só prevaleceria a decisão dos 21 vereadores que compunham as três comissões atuantes. O senhor Henrique Barreiros solicitou dilatação do tempo em razão do que teria a falar, e o senhor presidente concedeu-lhe um total de cinco minutos. Com a palavra, disse que o planejamento é uma ação dotada de elementos próprios, e que seria preciso comparar indicadores do passado aos atuais para se ter uma projeção de diretrizes futuras com suas setorialidades – educação, saúde, mobilidade, etc. Lembrou ser própria do PDDU a intersetorialidade, a qual não via contemplada no novo diploma, e explicou que somente na elaboração de 2003 e 2004 houve indicadores, ausentes na elaboração de 2008. Explicou, ainda, ter sido apresentado zoneamento sem relação com o que havia antes e lamentou o descumprimento a preceitos básicos, dizendo que, antes, não havia metas, o que impedia uma mensuração atual, fato que classificou como negligência com o dinheiro do povo. Sobre a

mobilidade, considerou que os problemas decorriam da falta de estoque de terrenos devido a manobra do então governador Antônio Carlos Magalhães, em 1967, que visava a interesses econômicos da Ditadura centrados no setor imobiliário. Explicou como esse mecanismo de alienação afetou a qualidade da educação pública, já que, naquele cenário, de impulso à construção com mão-de-obra pouco qualificada, não se tinha a perspectiva de profissionais com boa formação. Concluiu afirmando que o *Salvador 500* não oferecia números concretos. A senhora Juliana Salmeiro, assessora do vereador Sílvio Humberto, justificou a ausência do edil. Em seguida, solicitou que a segunda parte do Relatório fosse disponibilizada antes da audiência em que seria apresentada e que, no momento de sua leitura, ela fosse exibida no telão, para facilitar o acompanhamento por todos. Indagou se o Projeto seria analisado pelas Comissões de Educação e de Reparação, e, afirmando conhecer Maura, pessoa a quem se referiu o relator durante a leitura do Relatório, questionou se seus questionamentos haviam sido acatados na peça. O senhor Marcos Sampaio, presidente do Conselho Municipal de Saúde, explicou que demorou a chegar por ter ido tomar posse como conselheiro estadual. Em seguida, perguntou o que o PDDU trazia para bairros como Cosme de Farias, considerando que continuariam sem saber e lembrando haver dito, desde as audiências do Executivo, que o cidadão comum não conseguia se ver no Projeto. Criticou o *Plano Salvador 500* e afirmou que a população negra estava de fora do Projeto, o qual não dava certeza se conquistas como o Parque das Dunas persistiriam. Comentou sobre o ocorrido na audiência pública específica da saúde, dizendo que nela se decidiu pela realização de uma nova audiência, inclusive havendo o compromisso do presidente da Comissão de Saúde. Lembrou de ter dito, na oportunidade, que o PDDU não discutia o que é público e o que é privado na área, e declarou se sentir, neste dia, golpeado, afirmando que não se assustaria em ver o Relatório aprovado, por se tratar, a despeito da técnica, de uma questão política. Lembrou ter sido impedido de falar em um evento sobre o PDDU e afirmou que a palavra é o que o homem tem de valor, após o quê indagou se não teria havido o compromisso do vereador Duda Sanches quanto à realização de uma nova audiência sobre a saúde. Informou que o Conselho Municipal de Saúde acionara o MP quanto à não-discussão da questão da saúde e disse não esperar sair do processo desacreditado da Justiça. Concluiu dizendo que o povo pobre da Cidade é quem sairia sofrendo e pedindo ao senhor presidente Arnando Lessa uma resposta. O senhor presidente explicou ter havido o compromisso para deliberarem sobre a proposta. Pela ordem, o senhor Marcos Sampaio reforçou o pedido por nova audiência sobre a saúde e opinou que presidente de Mesa precisa analisar e julgar os problemas que surgem. O senhor presidente lembrou que o senhor Marcos Sampaio participara da Mesa da audiência pública da saúde e reiterou o acordo firmado para que seu interlocutor sentasse com o edil Duda Sanches para

resolver a questão. O senhor Mozart Estrela expressou sua frustração com o Relatório, dizendo que ele respondia apenas a parte do documento elaborado por técnicos e que fora encaminhado por ele. Afirmou que o PDDU não trazia um objetivo claro e comparou-o ao de São Paulo, o qual explicou ser pautado por um objetivo central de diminuição das distâncias casa-trabalho, do qual derivam objetivos específicos, tudo isso redundando num sistema em que os braços do metrô ficam próximos das áreas residenciais e as ciclovias são favorecidas. Considerou a discussão realizada de natureza textual, sem visibilidade para a população e sem uso de mapas. Considerou ainda que, tendo o documento uma parte técnica e uma parte política, seria esta última condicionada pelos governistas. Disse que o movimento negro não era contemplado segundo aquilo que fora provocado pela cidadã que conversou com o vereador Léo Prates, tendo em vista a inserção econômica da maioria negra da população, e concluiu perguntando sobre o que seria feito com as proposições encaminhadas. A senhora Raquel Santos reiterou duas das perguntas que havia feito, sobre as comissões atuantes e o destino das propostas tidas como inviáveis, acrescentando, a esta última, a indagação sobre qual o juízo de valor empregado nessa apreciação. O senhor Henrique Barreiros afirmou que houve admissibilidade tácita do texto inicial. O vereador Léo Prates pediu desculpas por alguma possível palavra mal colocada e, com relação às falas dos cidadãos, respondeu: ao senhor Mozart Estrela, que havia se preocupado em responder bem a todos, especialmente ao MP, que o processava, e que não havia respondido textualmente sobre áreas verdes, mas sim, numericamente; ainda ao senhor Mozart Estrela, sobre a questão racial, que discordava de que ela não teria sido bem abordada, afirmando que se tratava de ponto central para o desenvolvimento das atividades econômicas; à senhora Raquel Santos, que a proposta inviável não prossegue, mas é passível de ser reiterada por vereador, e que a tramitação conjunta fora fruto de entendimento junto ao MP quanto a não haver emendas em Plenário. Sobre este último ponto, explicou as razões regimentais dessa opção, inclusive a obrigatoriedade da participação da CCJ, Comissão de Finanças e Comissão de Planejamento Urbano na elaboração do PDDU, e seguiu respondendo: à senhora Juliana Salmeiro que não existia processo mais transparente do que este; ao senhor Marcos Sampaio, lançando a sugestão de que, no futuro, o PDDU fosse debatido junto com a LOUOS, para uma apreciação bairro a bairro, e dizendo ter estudado muito sobre o Parque das Dunas, sobre o qual tinha uma visão distinta da que ele apresentava, a qual não reputava errada, mas, com certo viés ideológico; ao senhor Henrique Barreiros, que seu juízo foi de admissibilidade em nome da CCJ, dando exemplo de que a diversidade de posições pode existir até mesmo entre representantes de um mesmo local, como o Cassange. O senhor Henrique Barreiros informou que a LOUOS estava sendo elaborada pari passu às discussões do PDDU. O vereador Léo

Prates informou que está em contato com os técnicos e que encaminharia todas as emendas à Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom), afirmando que o órgão, inclusive, os estava ajudando, devido à insuficiência no número de técnicos, e chamou a atenção de que cada alteração podia vir a alterar um mapa inteiro. Reiterou que tinha de opinar sobre a admissibilidade ou não, o que fazia neste dia, e que trataria sobre as propostas advindas da participação popular no dia 23, explicando que adotaria os seguintes critérios na análise de cada proposta: estar de acordo com o que a leis preconizam e com os princípios estabelecidos no PDDU. O senhor Marcos Sampaio insistiu quanto à realização de uma nova audiência sobre a saúde, mencionando a falta de conteúdo mínimo. O vereador Léo Prates respondeu que houve debate sobre a saúde, embora respeitasse a opinião do senhor Marcos Sampaio, que o considerou insuficiente, e que a Secretaria Municipal da Saúde disse estar atendido o conteúdo mínimo. Em seguida, disse esperar ter atendido a expectativa dos colegas e da população em geral, contando estar há meses debruçado no assunto e ter feito o seu melhor; considerou que, no Relatório, estavam respondidas as questões centrais, afirmando que ele fora construído através das perguntas; e declarou ter a consciência de estar com quase todo o seu dever cumprido. A vereadora Vânia Galvão indagou se a Minuta do PDDU era de conhecimento do Conselho da Cidade. O vereador Léo Prates disse que sim; que dia 30 apresentaria o Relatório ao Conselho; e que não mais se tratava de Minuta, mas, Projeto de Lei. O senhor presidente informou que fora enviado ao Conselho convite de todas as audiências públicas e que a proposta da vereadora Vânia Galvão, presidente da Comissão de Reparação, de discutir esse tema e sua relação com o PDDU fora aprovada e se realizaria na quinta-feira, às 9h, no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). Explicou que muitas dessas audiências eram iniciativas de instituições e não só da CMS, e deu como exemplo o encontro havido no Cine Glauber Rocha, sobre o Centro Histórico, que contou com sua participação e, também, a do vereador Léo Prates. Sugeriu que o senhor Marcos Sampaio, como presidente do Conselho Municipal de Saúde, tomasse iniciativa similar sobre a audiência da saúde, afirmando que eles se fariam presentes ao debate. Explicou que preside a audiência e uma Comissão, mas não é um autocrata e que, no Parlamento, a correlação de forças é determinante. Reiterou o contato com a Comissão de Saúde e explicou sobre a situação havida na audiência temática do setor que culminou com o envio de propostas da SMS, reiterando haver tempo para a realização da audiência. Foi lida a súmula da Ata da audiência pública anterior, realizada em 25 de abril, após o quê, o senhor Marcos Sampaio disse constar, nas últimas linhas do texto, o compromisso firmado para a realização de nova audiência sobre a saúde. O senhor presidente repisou a possibilidade de se fazer esse debate, bastando, para tanto, que fosse acertado com o presidente da Comissão de Saúde. O senhor Henrique

Barreiros indagou se seria dado conhecimento à segunda parte do Relatório antes da próxima audiência, tendo o senhor presidente dito que não teria como responder a isso no momento. O senhor Henrique Barreiros ressaltou a impossibilidade de se projetar o futuro sem comparação do presente com o passado. O senhor presidente agradeceu a presença e colaboração de todos, inclusive dos servidores da Casa, e voltou a registrar a data da próxima audiência, 23 de maio. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, e nós, Cyro Serpa e Fernanda Fontainha, que secretariamos, lavramos esta Ata, que será assinada pelo presidente da Casa e pelos presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final; Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização; e Comissão Especial do PDDU.

ATA SUJEITA A REVISÃO.

Presidente da Câmara Municipal de Salvador

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

Presidente da Comissão Especial do PDDU